



Brasil

Candidatura do Brasil ao
Conselho de Direitos Humanos
2020-2022

Candidate for the
Human Rights Council
2020-2022

Candidat au Conseil des
Droits de l'Homme
2020-2022

Candidato al Consejo de
Derechos Humanos
2020-2022



Capa

UN Photo/Elma Okic

Palácio Itamaraty - Brasília /Ricardo Padue

Carta dos Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Ernesto Araújo, e da Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves

Giandi optaecum volorum voluptur errovit qui cor as peliquisima vellabo. Ut dolest, qui apidusam, te parum, consequamet pedi quo molorec tatisquos doluptate odit voleste labo. Ut inctatur? Qui rem nostiis quibusd animi, sunt officimin re, odis moluptaturia di inimus, quias auteceptas alignie nimpos abore num accumqui offictem.

Bea doloribus rehendant ullupit, test que officae perehendunti nihit faccabo. Poresed quam, verspidunt parum debis molorecti aut aut repta que as aditat adit qui aut alignim olorepeleni rendand andestinim corum earunde liquiatur alitatis nonemol oriatium harum deles debitatum core, core dolorescia si officataqui ipsam quo

E a plia ped ut quaerun tissit aut aut volum, si quae vel ipsunduntio ea nullatem apidiscia voluptae vit vera dolorenis mosam est invelesectia platusam, que vera de ant ad elest, ulparum qui cuptat harchilit, simusa aut ipis mi, sit et harchiliquas doluptaque sequiae. At quid quidis et quas quaspel min nati quo endioria est

Inisi occaerempora sitiis essimpo rrovit dolo coratur rem et fugia niet magnate venis et que nes dolorem sunt pelique occaturia volupta ipsus vel experuptati aut remporerum as precabo. Ut rehenis velescimur ad exeratur si ut et, ulpa veliquo blabor.

Damares Alves

Ministra de Estado da Mulher, da Família
e dos Direitos Humanos

Embaixador Ernesto Araújo

Ministro das
Relações Exteriores



Candidatura do Brasil ao Conselho de Direitos Humanos 2020 - 2022

I. O Brasil e os Direitos Humanos

2. O compromisso inabalável do Brasil com a democracia, o estado de direito, os direitos humanos e as liberdades fundamentais está consignado na Constituição federal. Conhecida como a “Constituição Cidadã”, a Carta Magna brasileira estabelece a dignidade humana como fundamento basilar da república (art. 1º). Da mesma forma, incorpora como cláusulas pétreas os principais dispositivos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, assim como dos demais tratados de direitos humanos ratificados pelo país (arts. 5º e 6º). O texto constitucional estabelece que as relações internacionais do Brasil serão regidas, entre outros, pelos princípios da “prevalência dos direitos humanos”, da “autodeterminação dos povos”; da “defesa da paz”, do “repúdio ao terrorismo e ao racismo” e da “concessão do asilo político” (art. 4º).
3. O Brasil está determinado a promover, proteger e respeitar os direitos humanos e as liberdades fundamentais de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, religião ou quaisquer outras formas de discriminação. Esse compromisso está consagrado na decisão de fortalecer o ministério de direitos humanos na nova estrutura da administração pública, agora denominado de Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH). A nova pasta tem competências ampliadas e estrutura unificada, o que permitirá desenvolver políticas públicas abrangentes em direitos humanos com impacto concreto nas vidas dos brasileiros.

O governo entende que a defesa dos direitos humanos é valor inerente ao estado democrático brasileiro, que deve estar presente na concepção e implementação de todas as políticas públicas.

4. Apesar do progresso verificado no país em matéria de direitos humanos, o Brasil ainda enfrenta desafios significativos em diversas frentes de ação. O governo reitera a determinação de defender o direito à vida e à segurança da pessoa humana; promover os direitos das mulheres, inclusive no enfrentamento da violência contra a mulher; garantir o bem-estar e o melhor interesse de todas as crianças, proteger a família e fortalecer os vínculos familiares; promover e proteger os direitos das pessoas com deficiência e priorizar a atenção aos idosos, sob a ótica dos direitos humanos.

O governo tomará medidas concretas para assegurar educação e saúde de qualidade para todos os brasileiros, sem distinção. Redobrá os esforços para assegurar a liberdade de expressão e de religião; combater o racismo e a discriminação racial, em todas suas formas; assim como a violência e a discriminação contra grupos vulneráveis. Os direitos dos povos indígenas terão proteção plena do estado brasileiro, que atuará firmemente para proteger os defensores de direitos humanos, cujo trabalho contribui para a plena fruição dos direitos humanos por todos.

5. Na formulação, implementação e avaliação de políticas em matéria de direitos humanos, o governo manterá discussões e consultas com autoridades locais e estaduais, assim como com organizações não-governamentais e representantes da sociedade civil, em todas as regiões do país. A participação e engajamento do Legislativo e Judiciário será igualmente encorajada, conforme as atribuições constitucionais de cada Poder, respeitando o princípio da harmonia e independência estabelecido pela Constituição. O governo saúda o debate público para informar as políticas de direitos humanos, no âmbito doméstico e internacional.

II. O Brasil e o Conselho de Direitos Humanos

6. O compromisso do Brasil com o sistema internacional de direitos humanos remonta à própria fundação da ONU, quando a delegação brasileira teve papel decisivo na incorporação de cláusula que consigna a igualdade entre homens e mulheres no preâmbulo da Carta de São Francisco. O engajamento foi igualmente significativo

na negociação da Declaração Universal, tendo cabido a delegado brasileiro a apresentação do projeto final à 3ª Assembleia Geral, em 1948. O Brasil foi o primeiro país a assinar a Convenção sobre Eliminação da Discriminação Racial, em 1966, tendo desde então ratificado praticamente todos os tratados multilaterais de direitos humanos. No sistema interamericano, o Brasil desempenhou papel de liderança na negociação de diversos tratados, como foi o caso, mais recentemente, da Convenção Interamericana de Proteção dos Direitos das Pessoas Idosas. O Brasil reconhece a jurisdição da Corte de São José. Além disso, mantemos convite permanente a todos procedimentos especiais temáticos do CDH que queiram visitar o país.

7. 6. O Brasil é membro fundador do Conselho de Direitos Humanos, órgão central do sistema de direitos humanos da ONU, do qual tem participado ativamente, com base nos princípios da universalidade, imparcialidade, objetividade e não seletividade, por meio do fortalecimento do diálogo, da construção de consensos e da cooperação internacional. O Brasil reafirma, para o período de 2020-2022, a sua determinação de integrar as atividades do Conselho baseadas no tratamento não seletivo, objetivo e universal dos direitos humanos, evitando a polarização. Estamos determinados a contribuir para o trabalho do Conselho de Direitos Humanos de uma maneira construtiva e positiva.
8. Caso eleito, o Brasil continuará empenhado nas discussões dos principais temas substantivos na pauta do Conselho de Direitos Humanos. Permanecerá engajado nas tratativas relativas ao direito à privacidade na era digital e ao usufruto pleno de direitos humanos na internet. Na mesma linha, dará seguimento às propostas em defesa do direito à saúde, inclusive a luta contra o HIV/AIDS e a promoção do direito à saúde mental, bem como promoverá iniciativas a respeito da luta contra o racismo e a discriminação racial. Dedicará especial atenção a temas relativos ao combate à violência e à discriminação que afetam pessoas em situação de vulnerabilidade, qualquer que seja a motivação. O Brasil continuará participando de core groups de temáticas variadas, tais como segurança dos jornalistas; esportes e o ideal olímpico; luta contra a corrupção, cooperação técnica, entre outros.
9. 8. No próximo triênio, o Brasil manterá alto nível de interlocução com os mecanismos e organismos do Conselho de Direitos Humanos. Nesse sentido, confirma a decisão de manter o convite permanente aos procedimentos especiais temáticos do CDH, em vigor desde 2001, e renova o compromisso de desenvolver diálogo

construtivo sobre os principais temas da agenda internacional com os relatores especiais, peritos independentes e demais atores do sistema internacional de direitos humanos. Seguirá engajado nos debates do Conselho de Direitos Humanos, assim como nas negociações de iniciativas apresentadas no órgão. Sempre que possível, buscará articular entendimento entre atores de regiões, tradições jurídicas e culturas distintas, com vistas a buscar consenso, tolerância e conhecimento mútuo.

III. Compromissos Voluntários

Sistema Internacional de Direitos Humanos

O Brasil defende o fortalecimento do sistema internacional de direitos humanos, assim como do Conselho de Direitos Humanos. Durante o próximo triênio, o país deverá engajar-se nas discussões para promover maior eficácia e efetividade nos trabalhos do Conselho, tendo como base o atual arcabouço institucional do órgão. Participará, igualmente, das tratativas sobre o status do CDH, no âmbito do sistema ONU. Na medida do possível, privilegiará enfoque preventivo e cooperativo nas deliberações do órgão.

Direitos da Mulher

O governo reconhece o papel central das mulheres para assegurar o usufruto pleno dos direitos humanos. Durante o próximo mandato, o Brasil deverá persistir com iniciativas concretas, no âmbito nacional e internacional, para garantir e promover os direitos humanos das mulheres e meninas. Tomará como premissa o texto constitucional brasileiro que estabelece que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações.

Violência contra a Mulher

No Brasil, as políticas de proteção e defesa dos direitos da mulher têm tratamento prioritário. Não pouparemos esforços no enfrentamento da discriminação e da violência contra as mulheres. Nesse contexto, o país deverá favorecer, nos planos nacional e internacional, programas e iniciativas destinadas a prevenir, punir e erradicar a discriminação e a violência contra mulheres e meninas nas esferas pública e privada, sobretudo o feminicídio e o assédio sexual.

Crianças e Adolescentes

O Brasil busca assegurar a proteção integral da criança e do adolescente na prática e na lei. Implementa políticas abrangentes para o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social das crianças e dos adolescentes, em condições de liberdade e dignidade. No próximo triênio, o Brasil compromete-se a continuar desenvolvendo medidas e políticas para a promoção e a proteção dos direitos das crianças, dos adolescentes e de suas famílias, para garantir seu bem-estar e o melhor interesse. Adotará, como foco, o combate à violência, à exploração sexual e ao trabalho infantil, bem como a proteção dos direitos da criança no campo digital. Apoiará, ademais, iniciativas que tenham como objetivo reduzir a mortalidade infantil e juvenil, melhorar a situação dos jovens em conflito com a lei e proteger a criança na primeira infância.

Juventude

O governo brasileiro trabalha para que a juventude possa ter o seu devido lugar na agenda pública, com os jovens como sujeitos de direitos, por meio da promoção de sua autonomia, da valorização e promoção da participação social, política e no desenvolvimento do país, da promoção de seu bem-estar, do respeito à sua identidade e à diversidade e da promoção da vida segura e da não discriminação. Reafirmamos nosso compromisso de implementar e promover, nacional e internacionalmente, estratégias que abordem adequadamente as questões da juventude e deem aos jovens oportunidades reais para participação plena, efetiva, construtiva e sustentável na sociedade. Ademais, ressalta-se o engajamento do governo na promoção de políticas públicas de inclusão digital, voltadas ao futuro do trabalho.

Família

O governo defende o fortalecimento dos vínculos familiares, sob o enfoque dos direitos humanos. Para tanto, está desenvolvendo políticas públicas transversais, que têm na família ponto focal da atuação do estado. No âmbito do CDH, o Brasil compromete-se a apoiar iniciativas que contribuam para fortalecer as estruturas e relações familiares, levando em especial consideração as diferentes circunstâncias socioculturais e econômicas das famílias, sobretudo no que respeita às famílias em situação de vulnerabilidade.

Pessoas com Deficiência

As medidas de promoção e de proteção dos direitos das pessoas com deficiência têm sido intensificadas nesta administração. Inclusão é a palavra de ordem para os

próximos anos e estamos empenhados em avançar de forma decidida com a inclusão nas escolas, no mercado de trabalho e a acessibilidade nas cidades. O Brasil deverá continuar a promover e proteger os direitos das pessoas com deficiência, nos níveis nacional e internacional, de modo a assegurar a sua participação plena na sociedade de modo a tornar realidade os direitos consagrados na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. O governo assegurará que as pessoas com deficiência estejam no centro de todas as decisões que os afetem.

Pessoas em Situação de Vulnerabilidade

A política nacional de direitos humanos prioriza a defesa e proteção dos direitos das pessoas em situação de vulnerabilidade. Durante o próximo mandato, o Brasil reitera a determinação de combater todas as formas de violência e discriminação, em especial no que respeita a grupos e pessoas em situação de vulnerabilidade. Nos comprometemos a fortalecer e adotar medidas concretas, tanto internamente como internacionalmente, com objetivo de promover e respeitar os princípios da igualdade e da não-discriminação e combater todas as formas de violência.

Indígenas

O Brasil promove políticas públicas abrangentes voltadas ao desenvolvimento sustentável das populações indígenas, ao mesmo tempo em que busca garantir o acesso diferenciado aos direitos sociais e de cidadania dos povos indígenas. Seguiremos comprometidos em garantir, promover e proteger os direitos dos povos indígenas, em linha com os compromissos internacionais assumidos pelo país, bem como em assegurar serviços públicos essenciais para as comunidades indígenas. No Conselho, o Brasil continuará participando das principais iniciativas sobre povos indígenas e manterá elevado nível de interlocução com os mecanismos pertinentes.

Liberdade de Religião

O Brasil valoriza sua rica diversidade, resultado de séculos de interação de diferentes culturas, religiões e tradições. No período de mandato, continuaremos empenhados em apoiar, adotar, fortalecer e promover medidas que fomentem cultura de paz, to-

lerância e entendimento mútuo. O Brasil compromete-se a proteger e respeitar todas as expressões religiosas, inclusive a opção de não ter nenhuma religião, bem como a promover e proteger os direitos humanos de minorias nacionais, étnicas, religiosas ou linguísticas.

Racismo

O Brasil confere prioridade à implementação de programas e políticas efetivas contra a discriminação étnico-racial, a fim de assegurar o respeito do importante legado legislativo do país. Continuaremos engajados para prevenir e combater o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e as formas correlatas de intolerância. Confirmamos nosso apoio à implementação da Década Internacional dos Afrodescendentes (2015-2024) e à negociação de uma Declaração das Nações Unidas sobre a Promoção e o Pleno Respeito dos Direitos Humanos de Afrodescendentes. De igual forma, o governo compromete-se a ampliar a agenda de promoção e proteção dos direitos de povos e comunidades tradicionais.

Internet

O Brasil defende que os mesmos direitos off-line também devem ser protegidos on-line. No âmbito do Conselho, estamos determinados a continuar a apoiar e promover iniciativas que contribuam para gerar confiança, proteger e respeitar todos os direitos humanos on-line e realizar o pleno potencial da Internet. Consideramos que a Internet contribui para o desenvolvimento e a inovação. Para atingir esse objetivo, é necessário fomentar a cooperação entre os governos, a sociedade civil, o setor privado e as comunidades técnica e acadêmica.

Liberdade de Expressão

O Brasil reitera o entendimento de que o exercício do direito da liberdade de opinião e expressão é pilar fundamental de uma sociedade livre e democrática. No próximo triênio, seguiremos comprometidos em promover ambiente propício ao exercício da liberdade de expressão, inclusive na internet, e a condenar todas as formas de violência associadas à expressão de opiniões. Continuaremos apoiando iniciativas nesse sentido no âmbito do Conselho de Direitos Humanos.

Direito à privacidade

O Brasil considera que a proteção, promoção e respeito ao direito à privacidade beneficiam-se do envolvimento sustentado de todas as partes interessadas, incluindo estados, empresas, organizações internacionais e sociedade civil. No Conselho, seguiremos apoiando e implementando iniciativas que busquem respeitar e proteger o direito à privacidade, especialmente no contexto das comunicações digitais. Continuaremos engajados nos debates sobre políticas e medidas referentes à proteção de dados pessoais e da privacidade on-line, a fim de prevenir e combater a coleta, o processamento, o uso ou a divulgação arbitrária ou ilegal de dados na internet que possam violar os direitos humanos;

Defensores de Direitos Humanos

O Brasil reitera o compromisso com a proteção dos defensores de direitos humanos, que contribuem de maneira relevante e corajosa à promoção e à proteção dos direitos humanos. No triênio que se inicia, seguiremos empenhados em apoiar e promover medidas concretas que garantam aos defensores dos direitos humanos ambiente seguro e propício para que possam realizar o seu trabalho sem obstáculos ou insegurança.

Pessoa Idosa

O Brasil confere especial atenção ao crescente segmento de pessoas idosas da população brasileira, sob a ótica dos direitos humanos. Nesse contexto, o país mantém determinação de combater as várias formas de discriminação e violência contra as pessoas idosas, favorecer sua plena e efetiva participação na vida econômica, política e social, e permanece comprometido com a negociação de instrumento jurídico internacional sobre os direitos dos idosos, mantendo como tarefa prioritária a promoção de envelhecimento ativo e saudável.

Inclusão Social

O governo brasileiro desenvolve políticas públicas ativas para apoiar pessoas em situação de vulnerabilidade social, de modo a realizar plenamente seus direitos econômicos, sociais e culturais. Caso eleitos ao Conselho, continuaremos a favorecer a implementação de iniciativas que promovam inclusão social, equidade e educação inclusiva, com vistas a promover melhor qualidade de vida e aumento do bem-estar de todos. O governo brasileiro tem como premissa básica a inclusão de todas as pessoas para não deixar ninguém para trás.

Direito à Saúde

No Brasil, toda pessoa tem direito ao acesso integral, universal e gratuito ao sistema de serviço público de saúde, sem discriminação. No Conselho, permaneceremos comprometidos com as iniciativas de promoção e proteção do pleno e efetivo desfrute do direito de todos ao mais alto padrão atingível de saúde física e mental, inclusive em temas como acesso a medicamentos.

Luta contra a Corrupção

À luz do inegável vínculo entre corrupção e violações de direitos humanos, o Brasil considera que o combate à corrupção é consistente com medidas voltadas à realização dos direitos fundamentais. Nos empenharemos, portanto, a favorecer, nacional e internacionalmente, medidas e práticas para prevenir a corrupção e seu impacto no usufruto dos direitos humanos, assegurando a transparência, o acesso à informação pública, a prestação de contas, a não discriminação e a participação significativa na condução dos assuntos públicos.

RPU

O Brasil considera que o Mecanismo de Revisão Periódica Universal (RPU) constitui importante avanço institucional para assegurar o tratamento objetivo, transparente, construtivo, não politizado, não confrontacional e não seletivo dos direitos humanos, no âmbito do sistema multilateral. Participou diretamente de sua criação e seguirá plenamente comprometido com o êxito e fortalecimento dos exames nacionais da RPU. Da mesma forma, reitera determinação de implementar de forma efetiva as recomendações aceitas na revisão brasileira. Afirmamos nosso compromisso com a entrega, em 2019, de relatório de meio período referente às recomendações aceitas pelo Brasil no terceiro ciclo do RPU.

Relatórios a Órgãos de Tratado

O Brasil apoia os órgãos de tratado, os quais são elementos valiosos do sistema de direitos humanos da ONU. Reafirmamos nosso compromisso de colocar e manter em dia, na atual administração, a entrega de todos os relatórios periódicos devidos aos órgãos de tratados de direitos humanos, bem como acompanhar a implementação de suas recomendações.



Carta dos Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Ernesto Araújo, e da Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves

Giandi optaecum volorum voluptiur errovit qui cor as peliquisima vellabo. Ut dolest, qui apidusam, te parum, consequamet pedi quo molorec tatisquos doluptate odit voleste labo. Ut inctatur? Qui rem nostiis quibusd animi, sunt officimin re, odis moluptaturia di inimus, quias auteceptas alignie nimpos abore num accumqui offictem.

Bea doloribus rehendant ullupit, test que officae perehendunti nihit faccabo. Poresed quam, verspidunt parum debis molorecti aut aut repta que as aditat adit qui aut alignim olorepeleni rendand andestinim corum earunde liquiatur alitatis nonemol oriatium harum deles debitatum core, core dolorescia si officataqui ipsam quo

E a plia ped ut quaerun tissit aut aut volum, si quae vel ipsunduntio ea nullatem apidiscia voluptae vit vera dolorenis mosam est invelesectia platusam, que vera de ant ad elest, ulparum qui cuptat harchilit, simusa aut ipis mi, sit et harchiliquas doluptaque sequiae. At quid quidis et quas quaspel min nati quo endioria est

Inisi occaerempora sitiis essimpo rrovit dolo coratur rem et fugia niet magnate venis et que nes dolorem sunt pelique occaturia volupta ipsus vel experuptati aut remporerum as precabo. Ut rehenis velescimur ad exeratur si ut et, ulpa veliquo blabor.

Damares Alves

Ministra de Estado da Mulher, da Família
e dos Direitos Humanos

Embaixador Ernesto Araújo

Ministro das
Relações Exteriores



Candidate for the Human Rights Council 2020-2022

I. Brazil and Human Rights

1. Brazil's unwavering commitment to democracy, the rule of law, human rights and fundamental freedoms is enshrined in the Federal Constitution. The Brazilian Constitution, known as the "Citizen Constitution", establishes human dignity as a fundamental cornerstone of the Republic (article 1). It also incorporates the main provisions of the Universal Declaration of Human Rights, the International Covenant on Civil and Political Rights and the International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights, as well as those of the other human rights treaties ratified by Brazil (articles 5 and 6). The constitutional text establishes that Brazil's international relations are governed, inter alia, by the principles of "prevalence of human rights", "self-determination of the peoples", "defense of peace", "repudiation of terrorism and racism", and "granting of political asylum" (article 4).
2. Brazil is determined to promote, protect and respect the human rights and fundamental freedoms of all, regardless of origin, race, sex, color, age, religion or any other forms of discrimination. This commitment is embedded in the decision to strengthen the ministry of human rights, which has been renamed as the Ministry of Women, the Family and Human Rights (MMFDH, in Portuguese), within the new structure of public administration. The new Ministry has a broader mandate and a unified structure, which has allowed it to develop comprehensive human rights-oriented public policies, with real impact on the lives of Brazilians. The Government is conscious that the protection of human rights is an inherent value of the Brazilian

democratic state and the basis for the elaboration and implementation of all public policies.

3. In spite of the progress on human rights in the country, Brazil still faces considerable challenges on several fronts. The Government reaffirms its determination to defend the right to life and security of person; to promote the rights of women, including by combating violence against women; to guarantee the well-being and the best interest of the child; to protect the family and strengthen family ties; to promote and protect the rights of persons with disabilities; and to prioritize the attention to older persons, with a human rights perspective. The Government will take effective action to ensure appropriate education and healthcare to all Brazilians without distinction. It will strengthen efforts to ensure freedom of expression and religion; and to combat racism and racial discrimination, in all its forms, as well as violence and discrimination against vulnerable groups. The rights of indigenous peoples will enjoy the full protection of the Brazilian State, which will act firmly to protect human rights defenders, whose work contributes to the full enjoyment of human rights by all.
4. The Government will continue to hold discussions and consultations with local and state authorities, as well as with non-governmental organizations and civil society, from all regions, in the processes of developing, implementing and assessing human rights policies. It will also encourage the participation and engagement of the Legislative and Judiciary branches, in accordance with their constitutional competences, with respect to the system of checks and balances and the principle of separation of powers, as provided by the Constitution. The Government welcomes public debate to guide human rights policies, both domestically and internationally.

II. Brazil and the Human Rights Council

5. Brazil's commitment to the international human rights system dates back to the very beginning of the United Nations (UN). It should be recalled that the Brazilian delegation played a decisive role in the incorporation of the clause that provides for the equality between men and women into the Preamble of the UN Charter. Brazil also engaged meaningfully in the negotiations of the Universal Declaration of Human Rights. A Brazilian delegate was entrusted with the presentation of its final draft to the 3rd General Assembly, in 1948. Brazil was the first country to sign the

International Convention on the Elimination of all Forms of Racial Discrimination, in 1966, having, since then, ratified nearly all multilateral human rights treaties. In the Inter-American System, Brazil played a leading role in the negotiation of several treaties, such as the Inter-American Convention on Protecting the Human Rights of Older Persons. Brazil recognizes the jurisdiction of the Inter-American Court of Human Rights. Furthermore, we have extended a standing invitation to all Human Rights Council (HRC) thematic special procedures.

6. Brazil is a founding member of the Human Rights Council (HRC), a central body of the UN human rights system. Brazil has sought to actively participate in the HRC, in light of the principles of universality, impartiality, objectivity and non-selectivity, through the strengthening of dialogue, consensus-building and international cooperation. Brazil reaffirms its determination to take part in the HRC's activities, which are based on a non-selective, objective and universal approach to human rights, avoiding politicization and double standards. We are determined to contribute to the work of the Human Rights Council in a constructive and positive way.
7. If elected, Brazil will remain active in discussing the main substantive issues in the Human Rights Council agenda. It will maintain its engagement in the debates on the right to privacy in the digital age and the full enjoyment of human rights on the Internet. It will follow up on the proposals in defense of the right to health, including the fight against HIV/AIDS and the promotion of the right to mental health. Brazil will also foster initiatives on the fight against racism and racial discrimination. It will pay special attention to issues related to combating violence and discrimination against people in situations of vulnerability, regardless of the motivation. Brazil will remain a member of the core groups of resolutions on different subjects, such as the safety of journalists; sports and the Olympic ideal; the fight against corruption; technical cooperation, among others.
8. In the next three years, Brazil will maintain a high level of dialogue with the mechanisms and subsidiary bodies of the Human Rights Council. Accordingly, it reaffirms its decision to maintain a standing invitation to the thematic special procedures of the HRC, in effect since 2001. Brazil also renews its commitment to develop a constructive dialogue with the special rapporteurs, independent experts and other stakeholders on the main issues of the international agenda. It will remain engaged in the debates held in the Human Rights Council, as well as in the negotiation of ini-

tiatives brought to the body's attention. Whenever possible, Brazil will seek to promote understanding among actors of different regions, legal traditions and cultures, in order to achieve consensus, tolerance and mutual understanding.

III. Voluntary Pledges and Commitments

International Human Rights System

Brazil defends the strengthening of both the international human rights system and the Human Rights Council. In the next three years, Brazil will engage in the debates to promote better efficacy and effectiveness in the work of the Human Rights Council, based on its current institutional framework. Furthermore, it will take part in the discussions about the status of the HRC within the UN system. Whenever possible, Brazil will favor a preventive and cooperative approach in the deliberations of the HRC.

Women's Rights

The Brazilian Government acknowledges the central role of women in ensuring the full enjoyment of human rights. In its next term, Brazil will continue to foster concrete national and international initiatives to guarantee and promote the human rights of women and girls. Brazil will take its Constitution as a premise for its actions, as it defines that men and women are equal in rights and obligations.

Violence against women

In Brazil policies for protecting and defending women's rights are a priority. Brazil will not spare any efforts in fighting discrimination and violence against women. In this regard, it will support, both nationally and internationally, programmes and initiatives aimed at preventing, punishing and eradicating discrimination and violence against women and girls in the public and private spheres, notably femicide and sexual harassment.

Children and adolescents

Brazil seeks to ensure the full protection of children and adolescents in practice and in law. It has implemented comprehensive policies aimed at guaranteeing the physical, mental, moral, spiritual and social development of children and adolescents, in conditions of freedom and dignity. In the next three years, Brazil is committed to advance measures and policies for the promotion and protection of the rights of children, ad-

olescents and their families, in order to ensure their best interest and well-being. It will focus on the fight against violence, sexual exploitation and child labour, as well as on the protection of the rights of the child in the digital environment.

Additionally, Brazil will support initiatives aimed at reducing death rates among children and adolescents, improving the situation of youth in conflict with the law and protecting children in early childhood.

Youth

The Brazilian Government has worked to place youth at the center of the public agenda, recognizing young people as rights holders. To this end, the Government will foster the autonomy of young people; their participation in the social and political spheres, as well as in the development of the country; their well-being; the respect to their identity and diversity; safety and non-discrimination. Brazil reaffirms its commitment to implement and promote, nationally and internationally, strategies that provide an adequate approach to youth issues, as well as real opportunities for a full, effective, constructive and sustainable participation in society. Moreover, we highlight Brazil's engagement in the promotion of public policies for digital inclusion of the youth, preparing them for the future of work.

Family

The Brazilian Government defends the strengthening of family ties with a human rights approach. Therefore, it has developed cross-cutting public policies with families acting as focal points of the state's activities. Within the HRC, Brazil is committed to supporting initiatives to strengthen family structures and relations, with special consideration given to the different sociocultural and economic circumstances of families, mainly those in situations of vulnerability.

Persons with Disabilities

Measures to promote and protect the rights of persons with disabilities have been intensified in the current Administration. Inclusion is the watchword for the Government. We are committed to move forward with the inclusion of persons with disabilities in schools, the labor market and with the accessibility in cities. Brazil will continue to promote and protect the rights of persons with disabilities at the national and international levels, in order to ensure their full participation in society, as well as to realize the rights

enshrined in the Convention on the Rights of Persons with Disabilities (CRPD). The Government will ensure that persons with disabilities are at the center of all the decisions that affect them.

Persons in Situations of Vulnerability

The national human rights policy prioritizes the protection of the rights of persons in situations of vulnerability. In the next mandate, Brazil reiterates its determination to combat all forms of violence and discrimination, especially against groups and people in situations of vulnerability. We are committed to strengthening and adopting concrete measures, both internally and internationally, to promote and respect the principles of equality and non-discrimination and to combat all forms of violence.

Indigenous peoples

Brazil supports comprehensive public policies aimed at the sustainable development of indigenous populations and has worked to guarantee the differentiated access of indigenous peoples to social and to citizenship rights. We will remain committed to guaranteeing, promoting and protecting the rights of indigenous peoples, in line with Brazil's international commitments, as well as to ensuring essential public services for indigenous communities. At the Council, Brazil will continue to participate in the main initiatives concerning indigenous peoples and will maintain a high-level dialogue with the relevant mechanisms.

Freedom of Religion

Brazil values its rich diversity, which is the result of centuries of interaction between different cultures, religions and traditions. During the next term, we will continue to support, adopt, strengthen and promote measures that foster a culture of peace, tolerance and mutual understanding. Brazil is committed to protect and respect all religious expressions, including the freedom not to have any religion, as well as to promote and protect the human rights of national, ethnic, religious or linguistic minorities.

Racism

Brazil prioritizes the implementation of effective programs and policies against ethnic and racial discrimination, in order to ensure respect for the country's important legislative legacy. We will continue to work to prevent and combat racism, racial

discrimination, xenophobia and related intolerance. We reaffirm our support for the implementation of the International Decade for People of African Descent (2015-2024) and the negotiation of a United Nations Declaration on the Promotion and Full Respect for Human Rights of People of African Descent. Furthermore, the Government is committed to strengthening the agenda for the promotion and protection the rights of traditional peoples and communities.

Internet

Brazil understands that the same rights that people have offline must also be protected online. We are determined to continue to support and promote initiatives that contribute to building trust, protecting and respecting all human rights online, and realizing the full potential of the Internet. We believe that the Internet contributes to development and innovation. To achieve such goals, it is necessary to foster cooperation between governments, civil society, the private sector and the technical and academic communities.

Freedom of Expression

Brazil reiterates the understanding that the exercise of the right to freedom of opinion and expression is a fundamental pillar of a free and democratic society. We will remain committed to fostering an environment conducive to the enjoyment of freedom of expression, including on the Internet, and condemning all forms of violence related to the expression of opinions. We will continue to support initiatives in this regard within the Human Rights Council.

Right to privacy

Brazil considers that the protection, promotion and respect for the right to privacy benefit from the sustained engagement of all stakeholders, including states, business, international organizations and civil society. At the Council, we will continue to support and implement initiatives that seek to respect and protect the right to privacy, especially in the context of digital communications. We will continue to engage in discussions on policies and measures related to the protection of personal data and online privacy in order to prevent and combat the arbitrary or illegal collection, processing, use or dissemination of data on the Internet that may violate human rights.

Human Rights Defenders

Brazil reiterates its commitment to the protection of human rights defenders, who contribute in a relevant and courageous way to the promotion and protection of human rights. In the next three years, we will continue to support and promote concrete measures to ensure that human rights defenders have a safe and supportive environment, so that they can work in safety without obstacles.

Older Persons

Brazil pays particular attention, from a human rights standpoint, to the growing segment of older persons in the Brazilian population. In this context, the country remains determined to combat all forms of discrimination and violence against older persons, to promote their full and effective participation in the economic, political and social life, and remains committed to the negotiation of an international legal instrument on rights of older persons, maintaining the promotion of active and healthy aging as a priority.

Social Inclusion

The Brazilian Government has developed active public policies to support people in situations of social vulnerability, in order to fully realize their economic, social and cultural rights. If elected to the Council, we will continue to support the implementation of initiatives that promote social inclusion, equity and inclusive education, in order to promote better standards of living and increase the well-being of all citizens. The Brazilian Government supports the basic premise of inclusion for all in order to leave no one behind.

Right to Health

In Brazil, everyone has the right to universal and free access to the public health service system without discrimination. In the Council, we will remain committed to initiatives to promote and protect the full and effective enjoyment of the highest attainable standard of physical and mental health, including on issues such as access to medicines.

Fight against Corruption

In light of the undeniable link between corruption and human rights violations, Brazil considers that the fight against corruption is consistent with measures aimed at the realization of fundamental rights. We will seek to foster, nationally and internationally, measures and practices to prevent corruption and its impacts on the enjoyment of hu-

man rights, ensuring transparency, access to public information, accountability, non-discrimination and meaningful participation in the conduct of public affairs.

UPR

Brazil considers that the Universal Periodic Review (UPR) constitutes an important institutional instrument to ensure the objective, transparent, constructive, non-politicized, non-confrontational and non-selective treatment of human rights within the framework of the multilateral system. Brazil participated directly in its creation and remains fully committed to its success and to strengthening the national reviews under the mechanism. We reiterate our determination to implement effectively the recommendations accepted by Brazil in the review process. We reaffirm our commitment to present, in 2019, a mid-term report concerning to the recommendations accepted by Brazil in the third cycle of the UPR.

Reports to Human Rights Treaty Bodies

Brazil supports the human rights treaty bodies, which are a valuable part of the UN human rights system. We reaffirm our commitment, in the current Administration, to present and keep up to date all periodic reports due to the human rights treaty bodies, as well as to monitor the implementation of their recommendations.



Carta dos Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Ernesto Araújo, e da Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves

Giandi optaecum volorum voluptur errovit qui cor as peliquisima vellabo. Ut dolest, qui apidusam, te parum, consequamet pedi quo molorec tatisquos doluptate odit voleste labo. Ut inctatur? Qui rem nostiis quibusd animi, sunt officimin re, odis moluptaturia di inimus, quias auteceptas alignie nimpos abore num accumqui offictem.

Bea doloribus rehendant ullupit, test que officae perehendunti nihit faccabo. Poresed quam, verspidunt parum debis molorecti aut aut repta que as aditat adit qui aut alignim olorepeleni rendand andestinim corum earunde liquiatur alitatis nonemol oriatium harum deles debitatum core, core dolorescia si officataqui ipsam quo

E a plia ped ut quaerun tissit aut aut volum, si quae vel ipsunduntio ea nullatem apidiscia voluptae vit vera dolorenis mosam est invelesectia platusam, que vera de ant ad elect, ulparum qui cuptat harchilit, simusa aut ipis mi, sit et harchiliquas doluptaque sequiae. At quid quidis et quas quaspel min nati quo endioria est

Inisi occaerempora sitiis essimpo rrovit dolo coratur rem et fugia niet magnate venis et que nes dolorem sunt pelique occaturia volupta ipsus vel experuptati aut remporerum as precabo. Ut rehenis velescimur ad exeratur si ut et, ulpa veliquo blabor.

Damares Alves

Ministra de Estado da Mulher, da Família
e dos Direitos Humanos

Embaixador Ernesto Araújo

Ministro das
Relações Exteriores



Candidat au Conseil des Droits de l'Homme 2020-2022

I. I - Le Brésil et les droits de l'homme

1. Le ferme engagement du Brésil vis-à-vis la démocratie, l'état de droit, les droits de l'homme et les libertés fondamentales est consigné dans la Constitution brésilienne. Connue sous le nom de Constitution citoyenne, la magna carta brésilienne prévoit la dignité humaine comme fondement de la république (article 1). Également, elle incorpore comme clauses permanentes les principales dispositions de la Déclaration universelle des droits de l'homme, du Pacte international relatif aux droits civils et politiques et du Pacte international relatif aux droits économiques, sociaux et culturels, ainsi que des autres traités relatifs aux droits de l'homme ratifiés par le pays (articles 5 et 6). Le texte constitutionnel stipule que les relations internationales du Brésil sont régies, entre autres, par les principes de «primauté des droits de l'homme», du «droit des peuples à disposer d'eux-mêmes», de «défense de la paix», du «rejet du terrorisme et du racisme» et de «l'octroi de l'asile politique» (article 4).
2. Le Brésil est déterminé à promouvoir, à protéger et à respecter les droits de l'homme et les libertés fondamentales de tous, indépendamment de l'origine, de la race, du sexe, de la couleur, de l'âge, de la religion ou de toute autre forme de préjugé. Cet engagement est reconnu par la décision de renforcer le Ministère des Droits de l'homme dans la nouvelle structure de l'administration publique, désormais appelée Ministère de la Femme, de la Famille et des Droits de l'homme. Le nouveau portefeuille ministériel voit ses pouvoirs élargis et sa structure consolidée ce qui permettra d'élaborer des politiques publiques complètes en matière de droits de l'homme ayant un impact concret sur la vie du peuple brésilien. Le gouvernement comprend

que la défense des droits de l'homme est une valeur inhérente à l'État démocratique brésilien et qui doit être présente dans la conception et dans la mise en oeuvre de toutes les politiques publiques.

3. Malgré les progrès observés dans le pays en matière de droits de l'homme, le Brésil est également exposé à des défis significatifs dans différents domaines. Le gouvernement réitère sa détermination à défendre le droit à la vie et à la sécurité de la personne humaine; à promouvoir le droit des femmes, notamment la lutte contre la violence à l'égard des femmes; à assurer le bien-être et l'intérêt supérieur de tous les enfants; à protéger la famille et à renforcer les liens familiaux; à promouvoir et à protéger les droits des personnes handicapées et à prioriser le soin aux personnes âgées, du point de vue des droits de l'homme. Le gouvernement prendra des mesures concrètes pour assurer une éducation et une santé de qualité à tous les brésiliens, sans préjugés. Il redoublera d'efforts pour assurer la liberté d'expression et de religion; pour combattre le racisme et la discrimination raciale, sous toutes ses formes; ainsi que la violence et la discrimination contre des groupes vulnérables. Les droits des peuples autochtones seront pleinement protégés par l'État brésilien. À cet égard, il agira fermement pour protéger les défenseurs des droits de l'homme, dont le travail contribue à la pleine réalisation des droits de l'homme par tous.
4. Lors de la formulation, de la mise en oeuvre et de l'évaluation des politiques en matière de droits de l'homme, le gouvernement maintiendra consultations avec les autorités locales et nationales, ainsi qu'avec les organisations non gouvernementales et les représentants de la société civile, dans toutes les régions du pays. La participation et l'engagement des pouvoirs Législatif et Judiciaire seront également encouragés, conformément aux obligations constitutionnelles de chaque pouvoir, dans le respect du principe d'harmonie et d'indépendance prévu par la Constitution. Le gouvernement salue le débat public afin d'informer des politiques relatives aux droits de l'homme, dans les cadres national et international.

II. Le Brésil et le Conseil des droits de l'homme

5. L'engagement du Brésil envers le système international des droits de l'homme remonte à la fondation même de l'ONU, lorsque la délégation brésilienne a joué un rôle clé dans l'incorporation de la clause qui établit la condition de l'égalité entre

hommes et femmes dans le préambule de la Lettre de San Francisco. Cet engagement a été tout aussi important dans la discussion de la Déclaration universelle, dont le délégué brésilien a été chargé de présenter le projet final à la 3ème session de l'Assemblée générale, en 1948. Le Brésil a été le premier pays à signer la Convention sur l'élimination de la discrimination raciale en 1966 et, depuis lors, il a ratifié presque tous les traités multilatéraux sur les droits de l'homme. Dans le système interaméricain, le Brésil a joué un rôle de premier plan dans la discussion de plusieurs traités, comme dans le cas récent de la Convention interaméricaine sur la protection des droits des personnes âgées. Le Brésil reconnaît la juridiction de la Cour interaméricaine des Droits de l'Homme. De plus, nous maintenons une invitation permanente à toutes les procédures spéciales thématiques du Conseil de droits de l'homme (CDH) qui pourraient souhaiter se rendre dans le pays.

6. Le Brésil est un membre fondateur du Conseil des droits de l'homme, organe central du système des droits de l'homme des Nations unies, auquel il a participé activement, fondé sur les principes d'universalité, d'impartialité, d'objectivité et de non-sélectivité, par le renforcement du dialogue, par la construction d'un consensus et par la coopération internationale. Le Brésil réaffirme, pour la période 2020-2022, sa détermination à intégrer les activités du Conseil sur la base d'un traitement non sélectif, objectif et universel des droits de l'homme, en évitant la politisation. Nous sommes déterminés à contribuer aux travaux du Conseil des droits de l'homme de manière constructive et positive.
7. S'il est élu, le Brésil restera engagé dans les discussions concernant les principaux thèmes de fond inscrits à l'ordre du jour du Conseil des droits de l'homme. Il restera engagé dans les négociations relatives au droit à la vie privée à l'ère du numérique et à la pleine réalisation des droits de l'homme sur l'Internet. En conséquence, il donnera suite aux propositions de défense du droit à la santé, notamment en ce qui concerne la lutte contre le VIH/SIDA et la promotion du droit à la santé mentale, et encouragera les initiatives de lutte contre le racisme et contre la discrimination raciale. Il accordera une attention particulière aux thèmes liés à la lutte contre la violence et contre la discrimination par rapport aux personnes en situation de vulnérabilité, pour quelque raison que ce soit. Le Brésil continuera de participer à des «core groups» sur différents thèmes, tels que la sécurité des journalistes; le sport et l'idéal olympique; la lutte contre la corruption, la coopération technique, entre autres.

8. Au cours du prochain triennat, le Brésil maintiendra un haut niveau d'interlocution avec les mécanismes et avec les organismes du Conseil des droits de l'homme. À cet égard, il confirme la décision de maintenir l'invitation permanente aux procédures spéciales thématiques du CDH, en vigueur depuis 2001, et renouvellera son engagement à développer un dialogue constructif sur les principaux thèmes de l'agenda international avec les rapporteurs spéciaux, les experts indépendants et d'autres acteurs du système international des droits de l'homme. Il restera engagé dans les débats au sein du Conseil des droits de l'homme, ainsi que dans les discussions sur les initiatives présentées dans l'organe. Dans la mesure du possible, il doit articuler la compréhension entre les acteurs de différentes régions, traditions juridiques et cultures, en vue de parvenir à un consensus, à la tolérance et à la connaissance mutuelle.

III. Engagements volontaires

Système international des droits de l'homme

Le Brésil défend le renforcement du système international des droits de l'homme ainsi que du Conseil des droits de l'homme. Au cours de la prochaine période triennale, le pays s'engagera dans des discussions pour promouvoir une meilleure efficacité des travaux du Conseil, sur la base du cadre institutionnel actuel de l'organe. Il participera également aux négociations relatives au «status» du CDH, dans le cadre du système des Nations unies. Autant que possible, il privilégiera une approche préventive et coopérative dans les résolutions du CDH.

Les droits des femmes

Le gouvernement reconnaît le rôle central des femmes pour assurer la pleine réalisation des droits fondamentaux. Pour le prochain mandat, le Brésil continuera de prendre des initiatives concrètes, aux niveaux national et international, afin de garantir et de promouvoir les droits fondamentaux des femmes et des filles. Il adoptera comme prémisses le texte constitutionnel brésilien, qui stipule que les hommes et les femmes sont égaux en droits et en obligations.

Violence à l'égard des femmes

Au Brésil, les politiques de protection et de défense des droits des femmes sont traitées en priorité. Nous ne ménagerons pas les efforts pour lutter contre la discrimination et la violence à l'égard des femmes. Dans ce contexte, le pays privilégiera, sur les plans national et international, les programmes et les initiatives visant à prévenir, punir et éliminer la discrimination et la violence à l'égard des femmes et des filles dans le cadre public et privé, en particulier le féminicide et l'harcèlement sexuel.

Enfants et adolescents

Le Brésil cherche à assurer la protection complète de l'enfant et de l'adolescent en pratique et en droit. Il met en oeuvre des politiques globales pour le développement physique, mental, moral, spirituel et social des enfants et des adolescents, dans des conditions de liberté et de dignité. Au cours du prochain triennat, le Brésil s'engagera à continuer d'élaborer des mesures et des politiques visant à promouvoir et à protéger les droits des enfants, des adolescents et de leurs familles, afin de garantir leur bien-être et leur intérêt supérieur. Il adoptera comme axe la lutte contre la violence, contre l'exploitation sexuelle et contre le travail des enfants, ainsi que la protection des droits des enfants dans le domaine numérique. Il soutiendra également les initiatives visant à réduire la mortalité infantile et juvénile, à améliorer la situation des jeunes en conflit avec la loi et à protéger le jeune enfant.

Jeunesse

Le gouvernement brésilien oeuvre pour que les jeunes aient leur juste place dans l'agenda public, avec de jeunes hommes et femmes comme détenteurs de droits, par la promotion de leur autonomie; par l'appréciation et par la promotion de leur participation aux questions sociales, à la politique et au développement du pays ; par la promotion de leur bien-être ; par le respect de la diversité et de leur identité ; et par la promotion d'une vie en sécurité et de la non-discrimination. Nous réaffirmons notre engagement à mettre en oeuvre et à promouvoir, aux niveaux national et international, des stratégies qui abordent correctement les problèmes de la jeunesse et donnent aux jeunes adultes de réelles opportunités de participer pleinement, efficacement, de manière constructive et durable à la société. En outre, nous soulignons l'engagement du gouvernement dans la promotion de politiques publiques d'inclusion numérique visant l'avenir du travail. Famille

Le gouvernement défend le renforcement des liens familiaux, dans le cadre des droits de l'homme. Pour cela, nous avons développé des politiques publiques transversales, qui mettent la famille au centre des actions de l'État. Dans le cadre du CDH, le Brésil s'engage à soutenir les initiatives qui contribuent au renforcement des structures et des relations familiales, en tenant particulièrement compte de différentes conditions socioculturelles et économiques des familles, en particulier des familles en situation de vulnérabilité.

Personnes handicapées

Les mesures de promotion et de protection des droits des personnes handicapées ont été intensifiées par cette administration. L'inclusion est le mot d'ordre des prochaines années et nous sommes résolument engagés à agir en voie de l'inclusion dans les écoles

et dans le marché du travail ainsi que de l'accessibilité dans les villes. Le Brésil continuera de promouvoir et de protéger les droits des personnes handicapées aux niveaux national et international afin de garantir leur pleine participation à la société et de concrétiser les droits reconnus dans la Convention relative aux droits des personnes handicapées. Le gouvernement veillera à ce que les personnes handicapées soient au coeur de toutes les décisions qui les concernent.

Personnes en situation de vulnérabilité

La politique nationale des droits de l'homme privilégie la défense et la protection des droits des personnes en situation de vulnérabilité. Au cours du prochain mandat, le Brésil réaffirmera sa détermination à lutter contre toutes les formes de violence et de discrimination, en particulier vis-à-vis des groupes et des personnes en situation de vulnérabilité. Nous nous engageons à renforcer et à adopter des mesures concrètes, aux niveaux national et international, visant à promouvoir et à respecter les principes d'égalité et de non-discrimination et à lutter contre toutes les formes de violence.

Peuples autochtones

Le Brésil promeut des politiques publiques globales visant le développement durable des populations autochtones, tout en cherchant à garantir un accès différencié aux droits sociaux et de citoyenneté des peuples autochtones. Nous continuerons de nous engager à octroyer, à promouvoir et à protéger les droits des peuples autochtones

conformément aux engagements internationaux pris par le pays, ainsi qu'à assurer des services publics essentiels aux communautés autochtones. Dans le cadre du CDH, le Brésil continuera de participer aux principales initiatives concernant les peuples autochtones et maintiendra un haut niveau d'interlocution avec les mécanismes applicables.

Liberté de religion

Le Brésil valorise sa riche diversité, fruit de siècles d'interaction entre différentes cultures, religions et traditions. Pendant la durée de notre mandat, nous continuerons à soutenir, à adopter, à renforcer et à promouvoir des mesures favorisant une culture de la paix, de la tolérance et de la compréhension mutuelle. Le Brésil s'engage à protéger et à respecter toutes les formes d'expression religieuse, y compris la possibilité de ne pas avoir de religion, ainsi qu'à promouvoir et à protéger les droits fondamentaux des minorités nationales, ethniques, religieuses ou linguistiques.

Racisme

Le Brésil donne la priorité à la mise en oeuvre des programmes et des politiques efficaces contre la discrimination ethnique et raciale, afin de garantir le respect de l'important héritage législatif du pays. Nous resterons engagés pour prévenir et combattre le racisme, la discrimination raciale, la xénophobie et les formes d'intolérance qui y sont liées. Nous confirmons notre soutien à la mise en oeuvre de la Décennie internationale des personnes d'ascendance africaine (2015-2024) et à la négociation d'une Déclaration des Nations Unies sur la promotion et le plein respect des droits de l'homme des personnes d'ascendance africaine. De même, le gouvernement s'engage à élargir le programme de promotion et de protection des droits des peuples et des communautés traditionnels.

L'internet

Le Brésil défend que les mêmes droits dont bénéficient les personnes hors ligne doivent également être protégés en ligne. Dans le cadre du CDH, nous sommes déterminés à continuer à soutenir et à promouvoir des initiatives qui contribuent à créer de la confiance, à protéger et à respecter tous les droits de l'homme en ligne et à réaliser le plein potentiel de l'Internet. Nous considérons que l'Internet contribue au développement et à l'innovation. Pour atteindre cet objectif, il est nécessaire de promouvoir la coopération entre les gouvernements, la société civile, le secteur privé et les communautés techniques et universitaires.

Liberté d'expression

Le Brésil réaffirme que l'exercice du droit à la liberté d'opinion et d'expression est la pierre angulaire d'une société libre et démocratique. Au cours de la prochaine période triennale, nous continuerons de promouvoir un environnement favorable à l'exercice de la liberté d'expression, notamment sur Internet, et de condamner toutes les formes de violence liées à l'expression d'opinions. Nous continuerons d'appuyer les initiatives à cet égard dans le cadre du Conseil des droits de l'homme.

Droit à la vie privée

Le Brésil estime que la protection, la promotion et le respect du droit à la vie privée bénéficient de la participation affirmée de toutes les parties intéressées, notamment les États, les entreprises, les organisations internationales et la société civile. Dans le CDH, nous continuerons à soutenir et à mettre en oeuvre des initiatives visant à respecter et à protéger le droit à la vie privée, en particulier dans le contexte des communications numériques. Nous continuerons de participer aux débats sur les politiques et les mesures relatives à la protection des données personnelles et de la vie privée en ligne, afin de prévenir et de combattre la collecte, le traitement, l'utilisation ou la divulgation arbitraires ou illégales de données sur Internet susceptibles de constituer une violation des droits de l'homme.

Défenseurs des droits de l'homme

Le Brésil réaffirme son engagement à protéger les courageux défenseurs des droits de l'homme, qui apportent une contribution précieuse à la promotion et à la protection des droits de l'homme. Au cours de la période triennale qui commence, nous continuerons à soutenir et à promouvoir des mesures concrètes garantissant aux défenseurs des droits de l'homme un environnement sûr et favorable leur permettant de mener leurs activités sans obstacle ni précarité.

Personnes âgées

Le Brésil accorde une attention particulière au segment croissant des personnes âgées de la population brésilienne, du point de vue des droits de l'homme. Dans ce contexte, le pays reste déterminé à lutter contre les diverses formes de discrimination et de violence à l'égard des personnes âgées, à favoriser leur participation pleine et entière à la vie économique, politique et sociale de leurs sociétés et à rester engagé dans la

négociation d'un instrument juridique international sur les droits des personnes âgées, en gardant comme tâche prioritaire la promotion d'un vieillissement actif et en bonne santé.

L'inclusion social

Le gouvernement brésilien élabore des politiques publiques actives pour aider les personnes en situation de vulnérabilité à exercer pleinement leurs droits économiques, sociaux et culturels. Au cas où nous serions élus au CDH, nous continuerons de privilégier la mise en oeuvre d'initiatives favorisant l'inclusion sociale, l'équité et l'éducation inclusive, visant à promouvoir la meilleure qualité de vie et à améliorer le bien-être de tous. Le gouvernement brésilien a pour principe de base l'inclusion de toutes les personnes afin de ne laisser personne derrière.

Le droit à la santé

Au Brésil, toute personne a droit à un accès complet, universel et gratuit aux services de santé publics, sans discrimination. Dans le Conseil, nous resterons attachés aux initiatives visant à promouvoir et à protéger le plein et effectif exercice du droit de toute personne au niveau le plus élevé possible en matière de santé physique et mentale, notamment dans des domaines tels que l'accès aux médicaments.

La lutte contre la corruption

Compte tenu du lien indéniable qui existe entre la corruption et les violations des droits de l'homme, le Brésil estime que la lutte contre la corruption est conforme aux mesures visant à assurer le respect des droits fondamentaux. Nous nous engagerons à favoriser, aux niveaux national et international, des mesures et des pratiques qui préviendront la corruption et son impact sur l'exercice des droits de l'homme, en assurant la transparence, l'accès à l'information publique, la responsabilité, la non-discrimination et une participation significative à la conduite des affaires publiques.

EPU

Le Brésil considère que le Mécanisme d'examen périodique universel (EPU) constitue un progrès institutionnel important pour garantir un traitement objectif, transparent, constructif, non politisé, non conflictuel et non sélectif des droits de l'homme dans le cadre du système multilatéral. Il a participé directement à sa création et restera pleine-

ment engagé au succès et au renforcement des examens nationaux de l'EPU. En conséquence, il réitère sa détermination à mettre en oeuvre efficacement les recommandations acceptées dans l'examen du Brésil. Nous affirmons notre engagement à présenter en 2019 un rapport à mi-parcours sur les recommandations acceptées par le Brésil lors du troisième cycle de l'EPU.

Rapports aux organes de traités

Le Brésil soutient les organes de traités, qui sont des éléments précieux du système des droits de l'homme de l'ONU. Nous réaffirmons notre volonté de mettre en oeuvre et de maintenir à jour dans l'administration actuelle la remise de tous les rapports périodiques applicables aux organes de traités chargés des droits de l'homme, ainsi que de suivre la mise en oeuvre de ses recommandations.

Carta dos Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Ernesto Araújo, e da Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves

Giandi optaecum volorum voluptiur errovit qui cor as peliquisima vellabo. Ut dolest, qui apidusam, te parum, consequamet pedi quo molorec tatisquos doluptate odit voleste labo. Ut inctatur? Qui rem nostiis quibusd animi, sunt officimin re, odis moluptaturia di inimus, quias auteceptas alignie nimpos abore num accumqui offictem.

Bea doloribus rehendant ullupit, test que officae perehendunti nihit faccabo. Poresed quam, verspidunt parum debis molorecti aut aut repta que as aditat adit qui aut alignim olorepeleni rendand andestinim eorum earunde liquiatur alitatis nonemol oriatium harum deles debitatum core, core dolorescia si officataqui ipsam quo

E a plia ped ut quaerun tissit aut aut volum, si quae vel ipsunduntio ea nullatem apidiscia voluptae vit vera dolorenis mosam est invelesectia platusam, que vera de ant ad elect, ulparum qui cuptat harchilit, simusa aut ipis mi, sit et harchiliquas doluptaque sequiae. At quid quidis et quas quaspel min nati quo endioria est

Inisi occaerempora sitiis essimpo rrovit dolo coratur rem et fugia niet magnate venis et que nes dolorem sunt pelique occaturia volupta ipsus vel experuptati aut remporerum as precabo. Ut rehenis velescimur ad exeratur si ut et, ulpa veliquo blabor.

Damares Alves

Ministra de Estado da Mulher, da Família
e dos Direitos Humanos

Embaixador Ernesto Araújo

Ministro das
Relações Exteriores



Candidato al Consejo de Derechos Humanos 2020-2022

I. Brasil y los Derechos Humanos

1. El firme compromiso de Brasil con la democracia, el estado de derecho, los derechos humanos y las libertades fundamentales está previsto en la Constitución Federal. Conocida como Constitución Ciudadana, la carta magna brasileña establece la dignidad humana como fundamento básico de la república (artículo 1). Igualmente, incorpora como cláusulas eternas las principales disposiciones de la Declaración Universal de los Derechos Humanos, del Pacto Internacional de Derechos Civiles y Políticos y del Pacto Internacional de Derechos Económicos, Sociales y Culturales, así como de los otros tratados de derechos humanos ratificados por el país (artículos 5 y 6). La constitución establece que las relaciones internacionales de Brasil se regirán, entre otros, por los principios de la “prevalencia de los derechos humanos”, de la “autodeterminación de los pueblos”; de la “defensa de la paz”, del “repudio al terrorismo y al racismo” y de la “concesión de asilo político” (artículo 4).
2. Brasil está determinado a promover, proteger y respetar los derechos y las libertades fundamentales de todos, sin prejuicios relacionados con la origen, raza, sexo, color, edad, religión o cualesquiera otros tipos de discriminación. Ese compromiso fue consagrado en la decisión de fortalecer el Ministerio de los Derechos Humanos en la nueva estructura de la administración pública, que ahora se ha nombrado Ministerio de la Mujer, de la Familia y de los Derechos Humanos (MMFDH). El nuevo órgano tuvo sus competencias ampliadas y su estructura unificada, lo que permitirá desarrollar políticas públicas integrales en derechos humanos con impacto concreto en las vidas de los brasileños. El gobierno comprende que la defensa de los dere-

chos humanos es un valor inherente al estado democrático brasileño, que debe estar presente en la concepción e implementación de todas las políticas públicas.

3. A pesar del progreso evidenciado en el país en el área de derechos humanos, Brasil aún confronta desafíos significativos en diferentes frentes de acción. El gobierno reitera la determinación de defender el derecho a la vida y a la seguridad de los seres humanos; promover los derechos de las mujeres, incluso por medio del combate a la violencia contra la mujer; garantizar el bienestar y el interés superior de todos los niños; proteger la familia y fortalecer los vínculos familiares; promover y proteger los derechos de las personas con discapacidades y priorizar la atención a los adultos mayores, desde el punto de vista de los derechos humanos. El gobierno adoptará medidas concretas para asegurar la educación y la salud de buena calidad a todos los brasileños, sin distinción. Se redoblarán los esfuerzos para asegurar la libertad de expresión y de religión; combatir el racismo y la discriminación racial en todas sus formas; así como la violencia y la discriminación contra grupos vulnerables. Los derechos de los pueblos indígenas tendrán protección plena garantizada por el estado brasileño. En este sentido, el gobierno actuará firmemente para proteger a los defensores de derechos humanos, cuyo trabajo contribuye para el pleno disfrute de los derechos humanos por todos.
4. En la formulación, implementación y evaluación de las políticas sobre derechos humanos, el gobierno mantendrá discusiones y consultas a autoridades locales y estatales, así como a organizaciones no gubernamentales y representantes de la sociedad civil, en todas las regiones del país. También alentará la participación y el involucramiento del Poder Legislativo y del Poder Judicial, de acuerdo con las atribuciones constitucionales de cada Poder, respetando el principio de la armonía e independencia establecido por la Constitución. El gobierno saluda el debate público para informar las políticas de derechos humanos, en ámbito nacional e internacional.

II. Brasil y el Consejo de Derechos Humanos

5. El compromiso de Brasil con el sistema internacional de derechos humanos está presente desde la creación de la ONU, cuando la delegación brasileña tuvo papel importante en la incorporación de la cláusula que establece la igualdad entre

hombres y mujeres en el preámbulo de la Carta de San Francisco. La participación ha sido igualmente significativa durante la negociación de la Declaración Universal, cuyo proyecto final fue presentado por un delegado brasileño a la 3ª Asamblea General de la ONU, en 1948. Brasil ha sido el primer país a firmar la Convención Internacional sobre la Eliminación de todas las Formas de Discriminación Racial, en 1966, y desde entonces ha ratificado prácticamente todos los tratados multilaterales de derechos humanos. En el sistema interamericano, Brasil desempeñó un papel de liderazgo en la negociación de diferentes tratados, como el caso más reciente de la Convención Interamericana de Protección de los Derechos de las Personas Mayores. Brasil reconoce la jurisdicción de la Corte de San José. Además, mantenemos invitación permanente a todos los procedimientos especiales temáticos del Consejo de Derechos Humanos (CDH) que quieran visitar el país.

6. Brasil es un miembro fundador del Consejo de Derechos Humanos, el organismo central del sistema de derechos humanos de la ONU, en el cual ha participado activamente, basado en los principios de la universalidad, imparcialidad, objetividad y no selectividad, a través del fortalecimiento del diálogo, de la construcción de consensos y de la cooperación internacional. Brasil reafirma, para el período de 2020-2022, su determinación en participar de las actividades del Consejo basadas en el tratamiento no selectivo, sino objetivo y universal de los derechos humanos, evitando la politización. Tenemos la determinación de contribuir para el trabajo del Consejo de Derechos Humanos de manera constructiva y positiva.
7. En caso de elección, Brasil seguirá firme en las discusiones de los principales temas fundamentales en la agenda del Consejo de Derechos Humanos. El país se mantendrá firme en las negociaciones con respeto al derecho a la privacidad en la era digital y al pleno disfrute de los derechos humanos en el internet. En la misma línea, se dará seguimiento a las propuestas acerca de la defensa al derecho a la salud, incluso la lucha contra el VIH/SIDA y la promoción del derecho a la salud mental, así como se promoverán iniciativas acerca de la lucha contra el racismo y la discriminación racial. El país dedicará atención especial a temas con respeto a la lucha contra la violencia y la discriminación que afectan personas en situación de vulnerabilidad, cualquier sea su motivación. Brasil seguirá participando de "core groups" de variados temas, tales como seguridad de periodistas; deportes y el espíritu olímpico; lucha contra la corrupción, cooperación técnica, entre otros.

8. En el próximo trienio, Brasil seguirá con un alto nivel de interlocución con los mecanismos y organismos del Consejo de Derechos Humanos. En este sentido, se confirma la decisión de mantener la invitación permanente a los procedimientos especiales temáticos del CDH, vigente desde 2001, y renueva el compromiso de desarrollar un diálogo constructivo acerca de los principales temas de la agenda internacional con los relatores especiales, expertos independientes y demás actores del sistema internacional de derechos humanos. Seguirá firme en los debates del Consejo de Derechos Humanos, así como en las negociaciones de iniciativas presentadas en el organismo. Siempre que sea posible, buscará articular entendimiento entre los actores de regiones, tradiciones jurídicas y culturas distintas, con vistas a buscar consenso, tolerancia y conocimiento mutuo.

III. Compromisos Voluntarios

Sistema Internacional de Derechos Humanos

Brasil defiende el fortalecimiento del sistema internacional de derechos humanos, así como del Consejo de Derechos Humanos. Durante el próximo trienio, el país deberá involucrarse en las discusiones para promover mayor eficiencia y eficacia en los trabajos del Consejo, basado en la actual estructura institucional del organismo. El país también participará de las discusiones acerca del “status” del CDH, en el ámbito del sistema ONU. En la medida de lo posible, el país privilegiará un enfoque preventivo y cooperativo en las resoluciones del organismo.

Derechos de la Mujer

El gobierno reconoce el papel central de las mujeres para asegurar el ejercicio pleno de los derechos humanos. Durante el próximo mandato, Brasil persistirá con iniciativas concretas, en el ámbito nacional e internacional, para asegurar y promover los derechos humanos de las mujeres y niñas. El país tomará por premisa la constitución brasileña que establece que hombres y mujeres son iguales en derechos y obligaciones.

Violencia contra la Mujer

En Brasil, las políticas de protección y defensa de los derechos de la mujer tienen tratamiento prioritario. No ahorraremos esfuerzos en la lucha contra la discriminación y la violencia contra las mujeres. En ese contexto, el país deberá favorecer, en los planes na-

cional e internacional, programas e iniciativas destinadas a prevenir, punir y eliminar la discriminación y la violencia contra las mujeres y niñas en las esferas pública y privada, sobre todo el feminicidio y el acoso sexual.

Niños y Adolescentes

Brasil intenta asegurar la protección integral de los niños y adolescentes en términos prácticos y bajo la ley. El país implementa políticas amplias para el desarrollo físico, mental, moral, espiritual y social de los niños y adolescentes, en condiciones de libertad y dignidad. En el próximo trienio, Brasil se compromete a seguir desarrollando medidas y políticas para la promoción y protección de los derechos de los niños, de los adolescentes y de sus familias, para garantizar su bienestar y su interés superior. El país adoptará, como enfoque, la lucha contra la violencia, la explotación sexual y el trabajo infantil, así como la protección de los derechos del niño en el medio digital. Brasil también apoyará iniciativas que tengan como objetivo reducir la mortalidad infantil y juvenil, mejorar la situación de los jóvenes en conflicto con la ley y proteger los niños en edad preescolar.

Juventud

El gobierno brasileño trabaja para que la juventud pueda ocupar su debida posición en la agenda pública, con jóvenes actuando como sujetos de derechos, a través de la promoción de su autonomía, de la valoración y promoción de su participación social, política y en el desarrollo del país, de la promoción de su bienestar, del respeto a su identidad y a la diversidad y de la promoción de la vida segura y de la no discriminación. Reafirmamos nuestro compromiso de implementar y promover, nacional e internacionalmente, estrategias que garanticen adecuadamente las cuestiones de la juventud las oportunidades reales para participación plena, efectiva, constructiva y sostenible de los jóvenes en la sociedad. Además, se destaca el involucramiento del gobierno en la promoción de políticas públicas de inclusión digital, dirigidas al futuro del trabajo.

Familia

El gobierno defiende el fortalecimiento de las relaciones familiares, bajo el enfoque de los derechos humanos. Para tanto, se están desarrollando políticas públicas transversales, que toman la familia por locus de la actuación del estado. En el ámbito del CDH, Brasil se compromete a apoyar iniciativas que contribuyan para fortalecer las estructuras y relaciones familiares, considerando especialmente las diferentes circunstancias so-

cioculturales y económicas de las familias, sobre todo en lo que se refiere a las familias en situación de vulnerabilidad.

Personas con Discapacidad

Se ha intensificado las medidas de promoción y de protección de los derechos de las personas con discapacidad en esa administración. Inclusión es la palabra de orden para los próximos años y estamos firmes para avanzar de manera decidida hacia la inclusión en las escuelas, en el mercado de trabajo y la accesibilidad en las ciudades. Brasil deberá seguir promoviendo y protegiendo los derechos de las personas con discapacidad, en los niveles nacional e internacional, con el fin de asegurar su participación plena en la sociedad para hacer realidad los derechos consagrados en la Convención de los Derechos de las Personas con Discapacidad. El gobierno asegurará que las personas con discapacidad estén en el centro de todas las decisiones que los afecten.

Personas en Situación de Vulnerabilidad

La política nacional de derechos humanos prioriza la defensa y protección de los derechos de las personas en situación de vulnerabilidad. Durante el próximo mandato, Brasil reitera la determinación de combatir todos los tipos de violencia y discriminación, especialmente en lo que se refiere a grupos y personas en situación de vulnerabilidad. Nos comprometemos a fortalecer y adoptar medidas concretas, sea nacional o internacionalmente, con vistas a promover y respetar los principios de la igualdad y de la no discriminación y combatir todos los tipos de violencia.

Indígenas

Brasil promueve políticas públicas integrales dirigidas al desarrollo sostenible de las poblaciones indígenas, al mismo tiempo en que busca garantizar el acceso diferenciado a los derechos sociales y de ciudadanía de los pueblos indígenas. Seguiremos comprometidos en garantizar, promover y proteger los derechos de los pueblos indígenas, en línea con los compromisos internacionales asumidos por el país, así como asegurar servicios públicos esenciales para las comunidades indígenas. En el Consejo, Brasil seguirá participando de las principales iniciativas sobre los pueblos indígenas y mantendrá un alto nivel de interlocución con los mecanismos pertinentes.

Libertad de Religión

Brasil valora su rica diversidad, resultado de siglos de interacción de diferentes culturas, religiones y tradiciones. En el período de mandato, seguiremos firmes para apoyar, adoptar, fortalecer y promover medidas que promuevan la cultura de paz, tolerancia y entendimiento mutuo. Brasil se compromete a proteger y respetar todas las expresiones religiosas, incluso la opción de no tener ninguna religión y a promover y proteger los derechos humanos de las minorías nacionales, étnicas, religiosas o lingüísticas.

Racismo

Brasil confiere prioridad a la ejecución de programas y políticas efectivas contra la discriminación étnico-racial, a fin de asegurar la observancia del importante legado legislativo del país. Seguiremos firmes para prevenir y combatir el racismo, la discriminación racial, la xenofobia y las formas relacionadas de intolerancia. Confirmamos nuestro apoyo a la implementación del Decenio Internacional para los Afrodescendientes (2015-2024) y la negociación de una Declaración de las Naciones Unidas acerca de la Promoción y Pleno Respeto a los Derechos Humanos de los Afrodescendientes. Además, el gobierno se compromete a ampliar la agenda de promoción y protección de los derechos de pueblos y comunidades tradicionales.

Internet

Brasil defiende que se deben proteger en línea los mismos derechos que las personas tienen fuera de línea. En el ámbito del Consejo, seguimos firmes para apoyar y promover iniciativas que contribuyan para generar confianza, proteger y respetar todos los derechos humanos en línea y llevar a cabo el pleno potencial del internet. Consideramos que el internet contribuye para el desarrollo y la innovación. Para alcanzar ese objetivo, se necesita promover la cooperación entre los gobiernos, la sociedad civil, el sector privado y las comunidades técnica y académica.

Libertad de Expresión

Brasil reitera su interpretación de que el ejercicio del derecho a la libertad de opinión y expresión es base fundamental de una sociedad libre y democrática. En el próximo trienio, seguiremos comprometidos en promover ambiente favorable al ejercicio de la libertad de expresión, incluso en internet, y en condenar todas las formas de violencia relacionadas

con la expresión de opiniones. Seguiremos apoyando iniciativas en este sentido en el ámbito del Consejo de Derechos Humanos.

Derecho a la privacidad

Brasil tiene en cuenta que la protección, promoción y respeto al derecho a la privacidad se provechan del compromiso sostenible de todas las partes interesadas, incluso Estados, empresas, organizaciones internacionales y la sociedad civil. En el Consejo, seguiremos apoyando e implementando iniciativas que busquen respetar y proteger el derecho a la privacidad, sobre todo en el contexto de las comunicaciones digitales. Seguiremos comprometidos en los debates acerca de políticas y medidas para la protección de datos personales y de la privacidad en línea, a fin de prevenir y combatir la recogida, el procesamiento, el uso o la divulgación arbitraria o ilegal de datos en el internet que pueda violar los derechos humanos.

Defensores de Derechos Humanos

Brasil reitera el compromiso con la protección de los bravos defensores de derechos humanos, que contribuyen de manera valerosa a la promoción e a la protección de los derechos humanos. En el trienio que se inicia, seguiremos firmes en apoyar y promover medidas concretas que aseguren a los defensores de derechos humanos un ambiente seguro y favorable para que puedan llevar a cabo su trabajo sin obstáculos o inseguridad.

Personas Mayores

Brasil confiere atención especial al ascendiente segmento de personas mayores de la población brasileña, bajo de la perspectiva de los derechos humanos. En ese contexto, el país se mantiene firme para combatir los muchos tipos de discriminación y violencia contra las personas mayores, favorecer su plena y efectiva participación en la vida económica, política y social de sus sociedades, y se mantiene firme para la negociación de un instrumento jurídico internacional acerca de los derechos de las personas mayores, manteniendo como tarea prioritaria la promoción del envejecimiento activo y saludable.

Inclusión Social

El gobierno brasileño desarrolla políticas públicas activas para apoyar personas en situación de vulnerabilidad social, con el fin de llevar a cabo sus derechos económicos, sociales y culturales de manera plena. Como seamos electos para el Consejo, seguiremos favoreciendo la ejecución de iniciativas que promuevan inclusión social, equidad y educación inclusiva, con vistas a promover una mejor calidad de vida y el aumento del bienestar de todos. El gobierno brasileño tiene como premisa básica la inclusión de todas las personas para que ninguna persona quede hacia tras.

Derecho a la Salud

En Brasil, todas las personas tienen derecho al acceso integral, universal y gratuito al sistema de servicio público de salud, sin perjuicio. En el Consejo, seguiremos firmes con las iniciativas de promoción y protección del pleno y efectivo ejercicio del derecho de todos al más alto estándar posible de salud física y mental, incluso en tópicos como acceso a medicamentos.

Combate a la Corrupción

A la luz del innegable vínculo entre la corrupción y las violaciones de derechos humanos, Brasil tiene en cuenta que el combate a la corrupción queda en consonancia con las medidas dirigidas a la observancia de los derechos fundamentales. Seguiremos firmes para favorecer, nacional e internacionalmente, medidas y prácticas para prevenir la corrupción y su impacto en el ejercicio de los derechos humanos, asegurando la transparencia, el acceso a la información pública, la presentación de cuentas, la no discriminación y la participación significativa en la conducción de las cuestiones públicas.

EPU

Brasil considera que el Mecanismo de Examen Periódico Universal (EPU) constituye progreso institucional importante para asegurar el tratamiento objetivo, transparente, constructivo, no politizado, no confrontacional y no selectivo de los derechos humanos, en el ámbito del sistema multilateral. Brasil participó directamente de su creación y seguirá plenamente comprometido con el éxito y el fortalecimiento de los exámenes nacionales de la EPU. Igualmente, reitera el compromiso de implementar de manera efectiva las recomendaciones aceptadas en el examen brasileño. Afirmamos nuestro

compromiso con la entrega, en 2019, de un informe de medio período relacionado con las recomendaciones aceptadas por Brasil en el tercer ciclo del EPU;

Informes a Órganos de Tratado

Brasil apoya los órganos de tratado, que son elementos valiosos del sistema de derechos humanos de la ONU. Reafirmamos nuestro compromiso de poner y mantener en día, en la actual administración, la entrega de todos los informes periódicos debidos a los órganos de tratados de derechos humanos, así como monitorear la implementación de sus recomendaciones.





MINISTÉRIO DAS
RELAÇÕES EXTERIORES

